

MAYARA SILVANA DO NASCIMENTO FERREIRA

**LIGA DE ENSINO DO RIO GRANDE DO NORTE  
FACULDADE NATALENSE PARA O DESENVOLVIMENTO DO RIO GRANDE  
DO NORTE  
CURSO DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO**

**INCENTIVOS FISCAIS: UM ESTUDO DESCRITIVO DO PROADI – PROGRAMA  
DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL DO RIO GRANDE DO NORTE**

**Mayara Silvana do Nascimento Ferreira**

**INCENTIVOS FISCAIS: UM ESTUDO DESCRITIVO DO PROADI – PROGRAMA  
DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL DO RIO GRANDE DO  
NORTE**

Orientador: Aluisio Alberto Dantas, M. Sc.

**NATAL/RN  
Dezembro/2005**

NATAL/RN  
Dezembro/2005

INCENTIVOS FISCIS: UM ESTUDO DESCRITIVO DO PROADI – PROGRAMA  
DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL DO RIO GRANDE DO NORTE

Mayara Silvana do Nascimento Ferreira

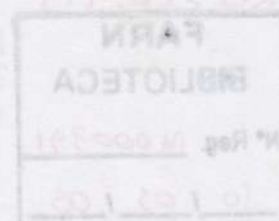
## INCENTIVOS FISCAIS: UM ESTUDO DESCRITIVO DO PROADI – PROGRAMA DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL DO RIO GRANDE DO NORTE

Monografia apresentada e aprovada em \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2005, pela banca  
examinadora composta pelos seguintes membros:

Monografia apresentada ao Curso de  
graduação de Administração da Faculdade  
Natalense para o Desenvolvimento do Rio  
Grande do Norte, como requisito obrigatório  
para a obtenção do grau de bacharel em  
Administração.

Orientador: Aluísio Alberto Dantas, M. Sc.

NATAL/RN  
Dezembro/2005



Catálogo na Publicação – Biblioteca da FARN  
Setor de Processos Técnicos

Ferreira, Mayara Silvana do Nascimento

Incentivos Fiscais: um estudo descritivo do PROADI – Programa de Apoio ao Desenvolvimento Industrial do Rio Grande do Norte / Mayara Silvana do Nascimento  
Ferreira. – Natal: FARN, 2005.

45 f.

Orientador: Aluísio Alberto Dantas (M.Sc.)

Monografia (Bacharelado em Administração de Empresas) – Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte.

1. Desenvolvimento Industrial – Rio Grande do Norte– Monografia. 2. Incentivos Fiscais – Monografia. I. Título.

RN/FARN/BC

CDU 338.1:65

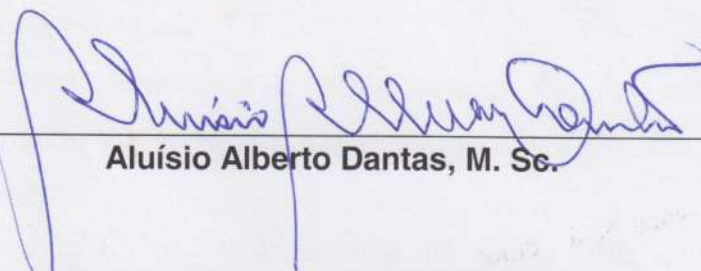


M  
338.1:65  
F4391  
2005

**INCENTIVOS FISCAIS: UM ESTUDO DESCRITIVO DO PROADI – PROGRAMA  
DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL DO RIO GRANDE DO NORTE**

**Mayara Silvana do Nascimento Ferreira**

Monografia apresentada e aprovada em \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2005, pela banca  
examinadora composta pelos seguintes membros:



**Aluísio Alberto Dantas, M. Sc.**

**Membro Examinador**

*Kaunele O. Costa*

Dedico esta pesquisa à minha família, pelo  
apoio incondicional, e especialmente ao meu  
esposo Estéfano, por sua compreensão pelas  
horas que roubei do nosso convívio juntos, e  
dediquei à conclusão desse estudo.

**NATAL/RN**

**Dezembro de 2005.**

## AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar, a Deus, pela minha vida, pela minha família e por tudo que tem me concedido.

Agradeço aos meus pais, Jorge e Cleide, duas pessoas simples, que ensinaram arduamente para que os filhos pudessem estudar, pois sempre entenderam o valor da educação e do trabalho para construção do sucesso e da dignidade.

Agradeço ao meu esposo, Estéfano, que nos momentos de fraqueza sempre me deu o apoio necessário para que continuasse minha pesquisa, mesmo sacrificando o pouco tempo que tínhamos para ficarmos juntos. A você todo meu amor.

Agradeço aos meus irmãos, que sempre estiveram presentes na minha vida, apoiando minhas escolhas.

Agradeço carinhosamente a minha querida sogra Francisca e a minha cunhada Cristiane, que cuidando dos detalhes do dia-a-dia me deram o tempo necessário para o estudo.

Agradeço a todos os meus colegas da turma 2005/B, pessoas de valor inestimável que guardarei para sempre no coração.

Agradeço, em especial, ao meu querido mestre Professor Aluísio, meu orientador, pelos momentos de dedicação, paciência e atenção dada ao longo do processo de elaboração deste estudo.

E finalmente, agradeço ao Banco do Brasil S.A., empresa a qual me dedico e que custeou 50% do custo do meu curso, pelo reconhecimento do valor da educação.

Dedico esta pesquisa à minha família, pelo apoio incondicional, e especialmente ao meu esposo Estéfano, por sua compreensão pelas horas que roubei do nosso convívio juntos, e dediquei à conclusão desse estudo.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar, a **Deus**, pela minha vida, pela minha família e por tudo que tem me concedido.

Agradeço aos meus pais, Jorge e Cleide, duas pessoas simples, que trabalharam arduamente para que os filhos pudessem estudar, pois sempre entenderam o valor da educação e do trabalho para construção do sucesso e da dignidade.

Agradeço ao meu esposo, Estéfano, que nos momentos de fraqueza sempre me deu o apoio necessário para que continuasse minha pesquisa, mesmo sacrificando o pouco tempo que tínhamos para ficarmos juntos. A você todo meu amor.

Agradeço, aos meus irmãos, que sempre estiveram presentes na minha vida, apoiando minhas escolhas.

Agradeço carinhosamente a minha querida sogra Francisca e a minha cunhada Cristiane, que cuidando dos detalhes do dia-a-dia me deram o tempo necessário para o estudo.

Agradeço a todos os meus colegas da turma 2005/B, pérolas de valor inestimável que guardarei para sempre no coração.

Agradeço, em especial, ao meu querido mestre Professor Aluísio, meu orientador, pelos momentos de dedicação, paciência e atenção dada ao longo do processo de elaboração deste estudo.

E finalmente, agradeço ao Banco do Brasil S.A., empresa a qual me dedico e que custeou 60% do custo do meu curso, pois reconhece o valor da educação.

*garanta que não todas, mas somente as de verão. Mas isso no fundo não tem importância, o que interessa mesmo não são as noites em si, são os sonhos. Sonhos que o homem sonha sempre, em todos os lugares. Em todas as épocas do ano, dormindo ou acordado".*

Shakespeare

## RESUMO

Este estudo descreve a importância do PROADI - Programa de Apoio ao Desenvolvimento Industrial do Rio Grande do Norte, para o crescimento industrial e a geração de emprego e renda no Rio Grande do Norte.

Constata-se que o PROADI contribuiu significativamente para a geração de emprego e renda no Estado. No entanto, muito mais investimentos poderiam ser feitos caso o Estado eliminasse alguns gargalos, principalmente na infra-estrutura e na qualificação da mão-de-obra.

**Palavras-chave:** PROADI, emprego, Rio Grande do Norte.

***“... Há quem diga que todas as noites são de sonhos. Mas há também quem garanta que nem todas, mas somente as de verão. Mas isso no fundo não tem importância, o que interessa mesmo não são as noites em si, são os sonhos. Sonhos que o homem sonha sempre, em todos os lugares. Em todas as épocas do ano, dormindo ou acordado”.***

Shakespeare

## RESUMO

Esse estudo descreve a importância do PROADI – Programa de Apoio ao Desenvolvimento Industrial do Rio Grande do Norte, para o crescimento industrial e a geração de emprego e renda no Rio Grande do Norte.

Constata-se que o PROADI contribuiu significativamente para a geração de emprego e renda no Estado. No entanto, muito mais investimentos poderiam ser atraídos caso o Estado eliminasse alguns gargalos, principalmente na infra-estrutura e na qualificação da mão-de-obra.

**Palavras-chave:** PROADI, emprego, Rio Grande do Norte.

## LISTA DE ABSTRACTS E SIGLAS

This study describes the importance of the PROADI - Program of Support to the Industrial Development of the Rio Grande do Norte, for the industrial growth and the generation of job and income in the Rio Grande do Norte. One evidences that the PROADI significantly contributed for the generation of job and income in the state. However, investments could not mainly be attracted in case that the state eliminated some gargalos, in the infrastructure and the qualification of the man power.

**Key-words:** PROADI, job, Rio Grande do Norte.

|        |                                                                            |
|--------|----------------------------------------------------------------------------|
| SEPLAN | Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste                        |
| BAN    | Banco do Nordeste do Brasil                                                |
| BNDES  | Banco Nacional para o Desenvolvimento Econômico e Social                   |
| RN     | Rio Grande do Norte                                                        |
| FIERN  | Federação das Indústrias do Rio Grande do Norte                            |
| SM     | Salários Mínimos                                                           |
| IBGE   | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística                            |
| FAPERN | Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado do RN                               |
| PROTEC | Programa de Desenvolvimento Tecnológico e Científico                       |
| PROGÁS | Programa de estímulo ao uso de Gás Natural                                 |
| RIITEC | Secretaria de Estado da Indústria, do Comércio, da Ciência e da Tecnologia |
| SESI   | Serviço Social da Indústria                                                |
| SENAR  | Serviço Nacional de Aprendizagem Rural                                     |
| SENAI  | Serviço Nacional da Indústria                                              |
| SEBRAE | Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas                   |
| CT-GÁS | Centro de Tecnologia do Gás                                                |
| AGN    | Agência de Fomento do Estado do Rio Grande do Norte S.A.                   |
| SEDEC  | Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico                          |

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

|         |                                                                            |    |
|---------|----------------------------------------------------------------------------|----|
| PROADI  | Programa de Apoio ao Desenvolvimento Industrial do RN                      | 10 |
| ICMS    | Imposto sobre a circulação de mercadorias e serviços                       | 12 |
| PIB     | Produto Interno Bruto                                                      | 13 |
| SUDENE  | Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste                        | 13 |
| BNB     | Banco do Nordeste do Brasil                                                | 15 |
| BNDES   | Banco Nacional para o Desenvolvimento Econômico e Social                   | 20 |
| RN      | Rio Grande do Norte                                                        | 26 |
| FIERN   | Federação das Indústrias do Rio Grande do Norte                            | 26 |
| SMs     | Salários Mínimos                                                           | 28 |
| IBGE    | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística                            | 31 |
| FAPERN  | Fundação de Apoio a Pesquisa do Estado do RN                               | 36 |
| PROTEC  | Programa de Desenvolvimento Tecnológico e Científico                       | 44 |
| PROGÁS  | Programa de estímulo ao uso de Gás Natural                                 |    |
| SINTEC  | Secretaria de Estado da Indústria, do Comércio, da Ciência e da Tecnologia |    |
| SESI    | Serviço Social da Indústria                                                |    |
| SENAR   | Serviço Nacional de Aprendizagem Rural                                     |    |
| SENAI   | Serviço Nacional da Indústria                                              |    |
| SEBRAE  | Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas                   |    |
| CT- GÁS | Centro de Tecnologia do Gás                                                |    |
| AGN     | Agência de Fomento do Estado do Rio Grande do Norte S.A.                   |    |
| SEDEC   | Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico                          |    |

## INTRODUÇÃO

## SUMÁRIO

|                                                                                 |           |
|---------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| <b>1 INTRODUÇÃO.....</b>                                                        | <b>10</b> |
| 1.1 Caracterização do programa.....                                             | 15        |
| 1.2 Contextualização do problema.....                                           | 12        |
| 1.3 Objetivos .....                                                             | 13        |
| 1.3.1 Objetivo Geral .....                                                      | 13        |
| 1.3.2 Objetivos Específicos.....                                                | 13        |
| 1.4 Justificativa .....                                                         | 13        |
| <b>2 REFERENCIAL TEÓRICO .....</b>                                              | <b>15</b> |
| 2.1 Indústria e promoção do crescimento econômico.....                          | 15        |
| 2.2 Como promover a indústria em uma região .....                               | 15        |
| 2.3 Atração Industrial X Globalização .....                                     | 20        |
| 2.4 Incentivos Fiscais.....                                                     | 23        |
| <b>3 METODOLOGIA.....</b>                                                       | <b>26</b> |
| 3.1 Tipo de pesquisa.....                                                       | 26        |
| 3.2 Coleta de dados.....                                                        | 26        |
| 3.3 Tratamento dos dados.....                                                   | 27        |
| <b>4 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS.....</b>                                     | <b>28</b> |
| 4.1 Evolução da economia industrial no Rio Grande do Norte.....                 | 28        |
| 4.2 Perfil da atual economia industrial do Rio Grande do Norte .....            | 31        |
| 4.3 Política atual do desenvolvimento industrial do Rio Grande do Norte .....   | 33        |
| 4.4 A importância do PROADI para o crescimento da economia industrial no RN.... | 36        |
| <b>5 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES.....</b>                                        | <b>41</b> |
| <b>BIBLIOGRAFIA .....</b>                                                       | <b>44</b> |

O Programa de Apoio ao Desenvolvimento Industrial do Rio Grande do Norte - PROADI tem por objetivo apoiar e incrementar o desenvolvimento industrial do Estado através do financiamento do ICMS.

#### Características do Programa:

##### a) Empresas beneficiárias pelo PROADI

- Empresas em fase de implantação ou em funcionamento em prazo não superior a 6 (seis) meses da data de solicitação para ingresso no PROADI;
- Pré-existent, que amplie a sua capacidade produtiva em pelo menos 50%.

##### b) Base legal

O PROADI está amparado legalmente nas seguintes leis:

- Lei nº 7.075/97 - Nova lei
- Decreto nº 13.723/97 - Novo Regulamento

## 1 INTRODUÇÃO

### 1.1 Caracterização do Programa

Diante das atuais dificuldades enfrentadas no Brasil com o problema do desemprego e a baixa qualidade de vida da população, principalmente nos estados do nordeste, visualizam-se várias ações governamentais destinadas a promover o crescimento da economia e a geração de emprego e renda.

O nordeste brasileiro acumulou um grande atraso ao longo de sua história, principalmente pela concentração da atividade econômica em outras regiões do país. Isso gerou muita pobreza, concentração de renda e desigualdades regionais. Assim, cabe aos governantes criar alternativas para que a atividade econômica se desloque para o nordeste e regiões menos desenvolvidas.

Nesse sentido, o Governo do Estado do Rio Grande do Norte, no ano de 1985, criou o PROADI – Programa de Apoio ao Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio Grande do Norte.

Com isso o governo busca a geração de emprego e renda no sentido de melhorar a qualidade de vida da sociedade potiguar.

O Programa de Apoio ao Desenvolvimento Industrial do Rio Grande do Norte – PROADI tem por objetivo apoiar e incrementar o desenvolvimento industrial do Estado através do financiamento do ICMS.

Características do Programa:

#### a) Empresas beneficiárias pelo PROADI

- Empresas em fase de implantação ou em funcionamento em prazo não superior a 6 (seis) meses da data de solicitação para ingresso no PROADI;
- Pré-existente, que amplie a sua capacidade produtiva em pelo menos 50%.

#### b) Base legal

O PROADI está amparado legalmente nas seguintes leis:

- Lei nº 7.075/97 – Nova lei
- Decreto nº 13.723/97 – Novo Regulamento

- Lei nº 7.810/2000 – Altera – Inclusão da lei 7.075
- Decreto nº 14.898/2000 – Aprova Regulamento Adicional
- Lei nº 7.911/2001 – Altera prazo da Lei 7.075
- Lei nº 8.048/2001 – Altera inclusão
- Lei nº 8.148/2002 – Altera forma de contrato Lei nº 7.075
- Decreto nº 16.332/2002 – Aprova Regulamento Lei nº 8.140

c) Condições exigidas para aderir ao PROADI

A empresa deverá apresentar à SINTEC projeto de viabilidade econômica acompanhado da seguinte documentação:

- Ato de constituição da empresa e suas alterações;
- Licença Ambiental exigível fornecida pelo IDEMA;
- Certidões negativas de débitos federais, estaduais e municipais;
- Certidões negativas da dívida ativa federal, estadual e municipal;
- Outros documentos julgados pertinentes à análise do pleito.

Obs.: para efeito de análise do pleito, a SINTEC deverá solicitar à AGÊNCIA DE FOMENTO DO RN informações cadastrais sobre a situação da empresa.

d) Nível de financiamento

O nível de financiamento é diferenciado de acordo com o local de instalação da empresa, conforme abaixo:

- Na área metropolitana de Natal:  
60% do ICMS devido;
- Nos demais municípios do Estado e em distritos industriais:  
75% do ICMS devido;

Obs.: Também pode ser concedido na área metropolitana de Natal:

75% para investimentos superiores a vinte milhões de reais.

e) Juros

Incidência de juros de 3% a.a. calculados sobre o saldo devedor, atualizado monetariamente em cada semestre.

f) Reembolso

O reembolso do principal do financiamento é efetuado em parcelas, em número e valor iguais aos desembolsos exigíveis a partir do 1º mês subsequente ao período de carência, com redução de até 99% de acordo com critérios estabelecidos na legislação do incentivo.

g) Prazo de financiamento

A empresa pode se beneficiar do programa por um prazo de até 10 anos com até 3 anos de carência.

h) Órgão Gestor

O órgão gestor do Programa é a Secretaria de Estado da Indústria, do Comércio, da Ciência e da Tecnologia – SINTEC.

i) O Órgão executor

O órgão executor do Programa é a Agência de Fomento do Rio Grande do Norte – AGN.

j) Órgãos partícipes

Colaboram para a manutenção do Programa os seguintes órgãos:

- Secretaria de Estado do Planejamento e das Finanças
- Secretaria de Estado da Tributação
- Banco do Brasil S.A.

1.2 Contextualização do problema

Segundo o relatório nº 24891- BR do Banco Mundial, há evidências, baseadas em outros estudos, que sugerem que se por um lado os programas de incentivos da natureza do PROADI podem ser associados a estratégias econômicas bem sucedidas, eles envolvem também seus riscos. Um dos riscos é o de desperdiçar recursos, concedendo incentivos fiscais a empresas que terminariam de qualquer forma investindo no Estado; outro é o de que algumas empresas que são induzidas

a instalar-se no Estado, por causa dos incentivos, talvez não consigam desenvolver sem eles operações lucrativas. Um terceiro risco é o que mesmo quando os investimentos provam ser viáveis, deixam de gerar mais crescimento na economia local, uma vez que nem sempre são desenvolvidos os devidos vínculos locais.

Diante desse quadro, o problema da pesquisa é procurar responder às seguintes perguntas: Qual o impacto do PROADI no crescimento industrial do Estado? O programa foi uma estratégia bem sucedida do Governo do Estado do Rio Grande do Norte?

### 1.3 Objetivos

#### 1.3.1 Objetivo Geral

Avaliar o impacto do PROADI – Programa de Apoio ao Desenvolvimento Industrial do Rio Grande do Norte, no crescimento industrial do RN.

#### 1.3.2 Objetivos Específicos

- Analisar a influência do PROADI no investimento industrial do Estado;
- Analisar a geração do emprego industrial;
- Analisar o crescimento do PIB industrial do Estado.

### 1.4 Justificativa

O setor industrial é de grande importância para o crescimento de uma economia, em virtude da intensificação das atividades econômicas que produz, o que gera padrões de consumo diversificados e progressivos; ensejando o aumento de necessidades coletivas, como habitação, transportes, serviços públicos; e colaborando também para a formação de empresários e trabalhadores qualificados.

Assim, percebe-se que a atividade industrial tem um efeito multiplicador na economia, pela grande quantidade de atividades diretas e indiretas que demanda.

Esse efeito contribui significativamente para a geração de emprego e renda para a população.

2.1 Com o objetivo de atrair a atividade industrial para o Estado, o governo do Rio Grande do Norte, em 1985, criou o PROADI – Programa de Apoio ao Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio Grande do Norte, um programa de incentivo fiscal.

O estudo do desempenho industrial do Estado do RN, a partir da criação do PROADI, é de grande importância, pois a partir dele pode-se evidenciar se a iniciativa do Governo do Estado contribuiu de maneira significativa para melhorar o desempenho industrial e a geração de emprego e renda.

Segundo Andrade (1987), a indústria além de produzir bens consumidos diretamente pela população, estimula atividades complementares, tais como fornecimento de matérias-primas e energia, produção de capitais, desenvolvimento do comércio, dos transportes, de serviços, oferecendo oportunidade de emprego, dinamizando, enfim, toda a economia e, por consequência, toda a sociedade.

## 2.2 Como promover a indústria em uma região

Segundo Andrade (1981), as políticas públicas regionais propriamente ditas constituem importantes mecanismos de captação de investimentos; no entanto, também podem ser atropeladas por políticas nacionais adotadas sem preocupação regional. Assim, para que o investimento ocorra, em primeiro lugar deve ocorrer uma ação combinada das políticas regionais com as nacionais.

De acordo com Furtado (1985), o desenvolvimento regional no Brasil vive uma crise, agravada pelo atual quadro de transnacionalização do capitalismo, fenômeno mais conhecido como globalização. Atualmente existe uma ameaça à continuidade do processo de formação do mercado interno e constituição do sistema econômico nacional, na medida em que as partes são pensadas de modo isolado e em possível detrimento do todo (nação). No seu entender, ao exacerbar rivalidades regionais, como a guerra fiscal entre estados e municípios, esse movimento cria o risco de rompimento de vínculos inter-regionais históricos nos segmentos financeiro, comercial e produtivo.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 Indústria e promoção do crescimento econômico

O processo industrial pode ser compreendido como a atividade capaz de transformar matéria-prima bruta em bens destinados ao consumo final, ou para serem utilizados para produzir outros bens; através de um conjunto de operações realizadas pelo homem, com o auxílio de equipamentos e energia. É uma função transformadora por excelência e suas atividades fazem parte do setor secundário da economia.

Segundo Andrade (1987), a indústria além de produzir itens consumidos diretamente pela população, estimula atividades complementares, tais como fornecimento de matérias-primas e energia, produção de capitais, desenvolvimento do comércio, dos transportes, de serviços, oferecendo oportunidade de emprego, dinamizando, enfim toda a economia e, por conseqüência, toda a sociedade.

### 2.2 Como promover a indústria em uma região

Segundo Andrade (1981), as políticas públicas regionais propriamente ditas constituem importantes mecanismos de captação de investimentos, no entanto, podem ser atropeladas por políticas nacionais adotadas sem preocupação regional. Assim, para que o investimento ocorra, em primeiro lugar deve ocorrer uma ação combinada das políticas regionais com as nacionais.

De acordo com Furtado (1995), o desenvolvimento regional no Brasil vive uma crise, agravada pelo atual quadro de transnacionalização do capitalismo, fenômeno mais conhecido como globalização. Atualmente existe uma ameaça à continuidade do processo de formação do mercado interno e constituição do sistema econômico nacional, na medida em que as partes são pensadas de modo isolado e em possível detrimento do todo (nação). No seu entender, ao exacerbar rivalidades regionais, como a guerra fiscal entre estados e municípios, esse movimento cria o risco de rompimento de vínculos inter-regionais históricos nos segmentos financeiro, comercial e produtivo.

Furtado (1995, p. 112) adverte que: "No limite, esse processo pode inviabilizar o processo de construção do Brasil como nação".

Além disso, para Prado Jr. (1998), investimentos produtivos são decisões difíceis, cercados de incertezas, especialmente em economias de mercado. Os recursos comprometidos podem ser elevados, os riscos são altos de que inovações tornem obsoletas num futuro próximo as opções feitas hoje. Desse modo, a decisão de investir tem que ter como indutores, expectativas de retorno favoráveis, de modo a compensar os custos dessa opção, quando comparada, por exemplo, com aplicações muito mais cômodas e seguras como títulos financeiros, ou ativos de raiz, como imóveis.

Ainda para Prado Jr (1998), o estímulo a investimentos produtivos deve ser discutido em termos de dois grupos de variáveis. As variáveis de indução e as de viabilização. A identificação das variáveis relevantes em cada grupo pode levar à formulação de políticas eficazes na promoção de investimentos, mas não se pode perder de vista qual a decisão de investir exige tanto indutores quanto viabilizadores adequados, simultaneamente. É inútil prover investidores dos meios de investir, se não houver o estímulo, a razão para tanto. Do mesmo modo, não adianta criar estímulos ao investimento se não se pode oferecer os meios para que as decisões possam ser concretizadas. O mais importante indutor de investimentos produtivos em uma economia de mercado é a expectativa de que lucros resultem da operação dos bens de investimentos adquiridos. Para que uma decisão de investir possa ser lucrativa, é necessário que o empresário espere que a demanda por seus produtos cresça o suficiente para absorver a produção que virá a obter da operação dos novos equipamentos. Sem essa expectativa de demanda crescente, não haveria razão para ampliação das facilidades de produção.

Para Porter (1998, p. 106-112), a definição do ambiente de negócios e dos mecanismos que regem a concorrência é imprescindível para atrair e manter investimentos. Ele também explica que nos países em desenvolvimento, porém, os mecanismos que regem a concorrência não serviram para criar riqueza para a maioria de seus cidadãos. Suas importantes vantagens comparativas, como recursos naturais, mão-de-obra barata e fertilidade do solo contribuíram, em vez disso, para perpetuar a pobreza.

Para Cavalcanti, Ferreira (2002), a evolução recente das economias mundiais tem mostrado a supremacia das forças de livre mercado na alocação eficiente dos fatores de produção. Tal eficiência se traduz na capacidade das economias de mercado de apresentarem desempenho bem superior às economias centralizadas.

A superioridade do mercado na geração da eficiência econômica não se mantém, no entanto, na geração de uma economia em que os frutos da prosperidade são igualmente distribuídos entre os indivíduos e regiões de um país.

Ainda para Prado Jr (1998), as políticas regionais surgem como uma ação do governo no sentido de corrigir essa falha do mercado e viabilizar uma melhor distribuição espacial e populacional da prosperidade econômica. O Brasil já possui uma larga experiência de políticas regionais. Elas surgiram de formas mais sistematizadas a partir da década de 50 com a criação de órgãos como o Banco do Nordeste do Brasil (BNB) e a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). Os resultados de tais políticas, no geral, não foram satisfatórios na medida que o desequilíbrio regional da economia brasileira pouco se alterou nesse período. Nesse sentido, algo de novo deve ser perseguido no desenho das políticas regionais do Brasil do século XXI. O novo nesse caso pode ser simplesmente uma ação mais decisiva e determinada do Governo Federal. Isto é, o novo seria apenas fazer de forma corajosa e determinada a velha promessa de apoiar as regiões menos desenvolvidas. Um princípio importante para a nova política regional é que ela, apesar de surgir para corrigir uma falha do mercado, não se coloque contra ele.

Nesse sentido cabe ao governo criar incentivos para que a atividade econômica se desloque para o Nordeste e regiões menos desenvolvidas. Ao mercado cabe definir os setores a partir dos quais as potencialidades das regiões serão desenvolvidas. Os incentivos para a descentralização regional da atividade econômica se dividem em duas grandes dimensões.

Na primeira, segundo Prado Jr (1998), tem-se os incentivos associados a uma melhor oferta de infra-estrutura pelas regiões menos desenvolvidas. Nessa dimensão a política regional se materializa em pesados investimentos do Governo Federal na infra-estrutura física e humana das regiões.

Na infra-estrutura física as prioridades devem ser matriz energética, logística intermodal, recursos hídricos e rede de comunicação.

Na infra-estrutura humana a ação principal do Governo Federal poderia ser no fortalecimento da rede de Universidades Federais e Centros de Ensino Médio Profissionalizantes.

A segunda dimensão de incentivos é composta pelos incentivos fiscais. Quando empresas se deslocam das regiões mais ricas para as regiões mais pobres elas tendem a gerar benefícios externos para as regiões além de seus benefícios privados. Elas, no entanto, não consideram em suas decisões de investimentos tais benefícios externos. Cabe ao Governo “pagar” por tais benefícios na forma de incentivos fiscais. Isto é, o benefício fiscal é na verdade um pagamento que o Governo faz pela transferência de tecnologia, atração de empresas de suporte, transferência de novas culturas gerenciais, novos mercados de consumo e novos empregos formais que a empresa incentivada traz para a economia local.

Podemos tomar, segundo Haguenaue (2000) o exemplo do programa de incentivos fiscais do Ceará. Ao longo da década de 90 a política de atração de indústrias resultou na aplicação de recursos líquidos da ordem de 1,3 bilhão de reais pelo Tesouro Estadual. Como resultado foram atraídas indústrias que hoje empregam em torno de 70.000 trabalhadores. Na hipótese de que cada emprego direto gera dois indiretos temos um total de 210.000 empregos. Temos assim que cada emprego gerado custou ao Estado aproximadamente R\$ 6.000,00. Supondo, conservadoramente, que todo emprego gerado paga o salário mínimo e lembrando que para cada salário pago temos praticamente outro salário de encargos fiscais, temos um custo de salário da parte das empresas da ordem de R\$ 5.800,00. Isto é, na prática, o que acontece é que o Estado entra “pagando” a mão-de-obra e a empresa com o investimento em capital físico e financeiro.

A política de benefícios deve procurar um nível ótimo de verticalidade e horizontalidade. Isto é, de um lado deve possuir alguma característica seletiva em termos de setores e sub-regiões beneficiadas. Do outro deve procurar ser o mais universal possível em termos de indústrias passíveis de serem incentivadas.

Nesse caso, os critérios básicos de seleção devem ser capacidade de investimento, geração de empregos, compras de insumos e serviços locais, localização geográfica e ações sociais e ambientais.

Na aplicação de políticas regionais, segundo Furtado (1995), é importante o papel de órgãos públicos que operem diretamente na região, independente da

existência de órgãos semelhantes a nível do Governo Federal. Assim, a recriação da SUDENE e o fortalecimento do Banco do Nordeste são, para o caso da região Nordeste, de fundamental importância.

Mesmo que se tenha em nível nacional uma secretaria de desenvolvimento regional e um Banco de Desenvolvimento Nacional (BNDES), deve-se ter um órgão de desenvolvimento regional e um banco de desenvolvimento operando na região. Não se deve aceitar o argumento da superposição de funções como justificativa para o enfraquecimento de órgãos regionais. Na verdade, o combate às desigualdades regionais acontece de forma concreta quando ações nacionais são complementadas por ações regionais semelhantes e justapostas. É a partir desse “delta a mais” que surge o viés regional da política pública.

Uma análise das experiências bem sucedidas de políticas regionais mostra uma grande variedade de políticas específicas. Tais experiências, no entanto, mostram um aspecto comum: a decisão política de transferência maciça de recursos da parte do Governo Federal. É na magnitude da transferência de recursos e no uso eficaz dos mesmos que as chances de sucesso da política regional se definem.

Para Furtado (1995), a eficácia do uso dos recursos e a focalização é a questão chave. Na questão social o alvo deve ser os indivíduos mais pobres, independente de sua distribuição territorial. Na questão econômica o foco deve ser nos espaços territoriais com potenciais mínimos de viabilização de pólos de competitividade sistêmica. Tais pólos de competitividade devem respeitar as diversidades locais e terem, de acordo com tais diversidades, referenciais competitivos nacionais e internacionais. Em relação à magnitude da transferência de recursos a questão chave é definir um fluxo contínuo de valores que sejam capazes de, em um período específico de tempo, reduzir substancialmente o diferencial de renda per-capita entre o Nordeste e o Sudeste. Por último é importante lembrar que políticas regionais nacionais convivem com políticas regionais estaduais e mesmo municipais. Sendo assim, é importante que tais políticas procurem trabalhar de forma autônoma, porém harmônica, como já citamos inicialmente.

### 2.3 Atração Industrial X Globalização

Para analisar a abertura comercial brasileira deve-se inseri-la no contexto maior, que é o da globalização. O termo teve origem, conforme relata Gastaldi (2002), na literatura de administração de empresas, sendo posteriormente incorporado na economia e refere-se à crescente internacionalização do capital.

Gastaldi (2002), destaca ainda que o termo tem sido utilizado para substituir diversos efeitos do desenvolvimento do capitalismo, concluindo que apesar da extensão tomada na utilização do termo globalização há que se ressaltar o desconforto no seu emprego, tendo em vista que esse termo passa a idéia de uma situação definida, adquirida e generalizada. É verdade que a queda das barreiras comerciais, as desregulamentações dos mercados, em especial o financeiro, a queda dos custos dos transportes internacionais e o avanço tecnológico nas telecomunicações e na informática revolucionaram as noções de tempo, espaço e por conseqüência da comunicação, mas rigorosamente, o termo globalização, tal como o senso comum nos faz passar não corresponde perfeitamente à realidade.

Assim, ao contrário de descrever uma realidade pronta, o termo refere-se a um processo de avanço do capital ao seu estágio mais avançado.

Segundo Gastaldi (2002), a defesa da globalização apresenta um conjunto de posturas que os governos devem tomar de maneira a possibilitar que o país entre no mercado mundial. São elas:

- a) livre troca;
- b) presença mínima do estado na economia;
- c) desregulamentação de mercados;
- d) autonomia do econômico vis-à-vis dos valores éticos;
- e) inflação zero.

Este conjunto de posturas, também denominado "pensamento único", requer que o Estado mantenha-se o mais afastado possível da economia. Antes de analisar os efeitos da globalização sobre a competitividade da indústria, deve-se buscar uma sucinta definição do que se entende, neste trabalho, por competitividade. Para tanto foi feito o uso de abordagens como a de Coutinho; Ferraz (1994) e de Ferraz (1997), citados por Gastaldi (2002). Elas diferem dos demais conceitos de competitividade, principalmente, por que busca uma visão global da atuação das empresas. Assim,

para Coutinho; Ferraz (1994), a competitividade foi definida como a capacidade da empresa formular e implementar estratégias concorrenciais, que lhe permitam ampliar ou conservar, de forma duradoura, uma posição sustentável do mercado. Esta visão se diferencia de modo significativo das abordagens convencionais na medida em que busca na dinâmica do processo de concorrência o referencial para avaliação da competitividade.

Esta abordagem permite que se estudem dois enfoques da competitividade: o da competitividade revelada, determinado pelo desempenho ou pelo *market-share* que as firmas apresentam e o da competitividade potencial, resultante de sua capacidade de tomar medidas para melhorar seu desempenho. (GASTALDI, 2002).

Desta forma, "o sucesso competitivo, dependeria em princípio da capacidade de criação e renovação das vantagens competitivas pelas firmas" (GASTALDI, 2002 p.300)

Ferraz (1997), citado por Gastaldi (2002), propõe que a análise da competitividade deve ser centrada em três fatores principais. Estes fatores englobam diversos aspectos que vão desde os internos às empresas e até aqueles que se referem à inter-relação do país com o mundo. Os fatores propostos são: a) empresariais; b) estruturais; c) sistêmicos.

Nos fatores empresariais estão incluídos a idade e a produtividade do capital fixo, as técnicas de gestão e produção, as estratégias de *marketing* e logística, pesquisa e desenvolvimento e treinamento de pessoal. Vê-se portanto, que ao contrário da análise tradicional, esta visão não é focada basicamente no desempenho passado das empresas, mas em atitudes que estão sendo tomadas no presente.

"Os fatores estruturais são aqueles sobre os quais a capacidade de intervenção da empresa é limitada pela mediação do processo de concorrência, estando por isso apenas parcialmente sobre sua área de influência". (FERRAZ, 1997, p. 115) Desta forma, o tamanho do mercado, o grau de integração da cadeia produtiva e o processo de terceirização devem ser analisados como componentes dos fatores estruturais.

Os fatores sistêmicos envolvem, por sua vez, os seguintes aspectos que são totalmente externos às empresas: a) macroeconômicos; b) políticos institucionais; c) legais-regulatórios; d) infra-estruturais; e) sociais; e f) internacionais. O aspecto

macroeconômico apresenta quesitos como taxa de câmbio, carga tributária, taxa de juros, política salarial, dentre outros.

Já o aspecto político-institucional está ligado à estrutura política e como esta determina as políticas governamentais, tais como política tributária, políticas de incentivos regionais e/ou setoriais e outros.

Os parâmetros legais-regulatórios são reflexos da estrutura jurídica do Estado, quer seja com leis de proteção à propriedade industrial, quer seja com leis de preservação ambiental, ou até mesmo de defesa da concorrência. (RODRIGUES, 1999).

A infra-estrutura, por sua vez, pode afetar a competitividade pelos custos extras que podem representar. Desta forma, insumos como energia, transportes, telecomunicações e outros são chaves para a análise deste parâmetro dos fatores sistêmicos.

Dentro dos fatores sociais encontram-se, principalmente, aqueles relativos à mão-de-obra, quais sejam: sua abundância / escassez, nível de educação, estrutura sindical e seguridade social.

Por fim os aspectos internacionais podem afetar tanto o mercado consumidor da empresa, quanto suas fontes de recursos. Assim, “as tendências do comércio mundial, os fluxos internacionais de capital, de investimento de risco e de tecnologia” (GASTALDI, 2002, p.334) são fatores que podem afetar a competitividade.

A globalização trouxe a adoção, por parte do Governo, de medidas que afetam os preços da concorrência, os custos financeiros e comerciais. Logo, em uma primeira aproximação, pode-se ver que a globalização envolve mudanças nos fatores sistêmicos, sendo que seu impacto sobre a indústria está condicionado a fatores estruturais e principalmente empresariais.

Ainda para Ferraz (1997), os fatores estruturais e empresariais limitam o impacto das políticas econômicas resultantes da globalização porque são os que demonstram a capacidade das empresas em estabelecer estratégias competitivas compensatórias capazes de manter o desempenho do setor. Estas estratégias podem ser de caráter individual ou de grupos de empresas que podem adotar alianças no intuito de cooperarem reduzindo custos da cadeia produtiva.

## 2.4 Incentivos Fiscais

A renúncia tributária, enquanto forma de intervenção do Estado na ordem econômica, se processa por meio da concessão de incentivos fiscais. Embora possam ser tratados como sinônimos, é preciso esclarecer que existem outras formas de renúncias tributárias – como é o caso da anistia, mecanismo pelo qual o Estado deixa de receber o que lhe é devido, a título de tributo, não para incentivar determinada atividade ou região, mas tão-somente para auxiliar aqueles que se encontram em dificuldades financeiras e que, em razão a disto, não conseguem saldar a dívida tributária. O presente estudo tem por foco a renúncia tributária apenas enquanto forma de intervenção do Estado social na ordem econômica, por meio da concessão de incentivos fiscais.

Outra distinção aqui se faz necessária: incentivo fiscal é uma forma de incentivo público à atividade privada, mas não a única.

Comentando o artigo 174 da Constituição Federal, Cretella Júnior apud Tramontin (2002, p. 110) apresenta uma definição clara e objetiva para incentivo público:

Incentivo é a segunda das funções exercidas pelo Estado como agente normativo e regulador da atividade econômica, aliás, a mais moderada forma da presença do Estado na economia. Os incentivos podem ser de natureza não fiscal, como ocorre nos casos de doações de áreas a empresas para a exploração de atividades econômicas – industriais, comerciais, de exportação e importação – ou de natureza fiscal, como as isenções de tributos a empresas, em pleno funcionamento, quando se trata de atividade que interesse à região ou ao País.

Não se está, aqui, tratando das demais formas de incentivo público de natureza não fiscal, ainda que estes também constituam uma forma de intervenção estatal na ordem econômica. Para o presente estudo interessa, tão-somente, os incentivos públicos de natureza fiscal, porquanto representem renúncia de receita tributária.

Com efeito, Lyra (1995, p.7) identifica três modalidades de tratamento tributário pelos quais o Estado intervém na economia:

a) isenção: modalidade mais tradicional de incentivo fiscal, consistindo na liberação da obrigação do contribuinte de recolher o imposto devido, parcial ou totalmente,

propiciando um benefício monetário vinculado à promessa da adoção, pelo beneficiário, de condutas preestabelecidas. Os principais tipos de isenção utilizados baseiam-se nos impostos sobre: importação de máquinas e equipamentos; importação de insumos; renda de atividades selecionadas; produção ou vendas; parcela da produção exportada;

b) dedução: concessão do direito de deduzir determinada parcela do imposto ou de sua base de incidência, sob condição de que os recursos correspondentes tenham sido ou venham a ser aplicados em eventos relevantes para a política econômica. *Os principais tipos de dedução baseiam-se no imposto sobre a renda das empresas e destinam-se: ao financiamento de investimentos em ativos fixos; à recuperação de gastos de investimento em ativos fixos; à depreciação acelerada dos ativos fixos; à aplicação em fundos de investimentos; e à recuperação de gastos com tecnologia e treinamento de mão-de-obra;*

c) tributação discriminatória: incidência de impostos sobre eventos que se deseja desestimular em favor de outros eventos alternativos. Diferencia-se das modalidades anteriores pelas seguintes razões:

- seu impacto sobre a conduta econômica que se deseja influenciar é indireto, na medida em que incide diretamente sobre as condutas competitivas;
- não apresenta um custo fiscal (perda de receita) efetivo. A isenção e a dedução conformam os denominados incentivos fiscais, forma de renúncia tributária.

Tramontin (2002, p. 11), estabelece a necessária ligação entre estas modalidades de incentivo fiscal e os objetivos maiores do Estado em sua intervenção na ordem econômica, ao afirmar:

Com a prática de incentivos fiscais, o Estado quebra a uniformidade do imposto e exonera o contribuinte de recolhê-lo, sendo que, em troca, espera a expansão econômica de certa região ou certa atividade econômica desenvolvida pelo particular. É através dos incentivos fiscais que o Poder Público procura alcançar três objetivos básicos: 1) estabelecer um modelo de desenvolvimento nacional visando ao fortalecimento da economia; 2) estabelecer um modelo de desenvolvimento regional com os propósitos de integração nacional e recuperação econômica regional; 3) estabelecer uma política de desenvolvimento setorial, em face de algumas peculiaridades que justificam tratamentos especiais para alguns setores básicos da economia.

Quanto ao primeiro objetivo, Tramontin (2002), refere-se às normas que estabelecem diretrizes básicas para um desenvolvimento global, as quais “fixam uma filosofia de desenvolvimento, pois formam um sistema de princípios sem cogitar, isoladamente, de regiões ou atividades econômicas”. Quanto ao segundo objetivo, vincula-o à integração econômica e à unificação de padrões sócio-econômicos em diferentes espaços territoriais, justificando tratar-se de “normas com o propósito de disciplinar as desigualdades regionais, sendo que não devem visar apenas ao desenvolvimento regional em si, mas buscar o equilíbrio das diferentes regiões”. Por fim, quanto ao terceiro objetivo, diz tratar-se de “normas que criam programas de desenvolvimento restrito a algumas áreas da economia, como a agricultura, pesca, turismo, indústria, etc.”.

Desta forma, que a renúncia tributária é um dos mecanismos de intervenção do Estado na ordem econômica, que se processa por meio da concessão de isenção ou dedução de tributos a certas atividades, consideradas (em tese) essenciais à concretização dos fundamentos do Governo e de seus objetivos fundamentais.

A pesquisa descritiva objetiva conhecer e interpretar a realidade sem nela interferir para modificá-la (GIL, 1999). Pode-se dizer que ela está interessada em descobrir e observar fenômenos, procurando descrevê-los, classificá-los e interpretá-los. A pesquisa descritiva expõe as características de determinada população ou de determinado fenômeno, mas não tem o compromisso de explicar os fenômenos que descreve, embora sirva de base para tal explicação. Normalmente ela se baseia em amostras grandes e representativas.

### 3.2 Coleta de dados

Os dados utilizados são do tipo secundários, e foram coletados dos relatórios estatísticos do PROADI, através do levantamento. Estes relatórios foram pesquisados na AGN, SEDEC, SINTEC e na FIERN.

### 3 METODOLOGIA

*Os dados coletados foram tratados através de análise qualitativa.*

Segundo Acevedo; Nohara (2004), o método científico caracteriza o estudo científico. Ou seja, se não houver utilização do método científico, a monografia ou artigo não será considerado científico. A seção da metodologia utilizada na investigação é, portanto, a parte mais importante do trabalho, pois é por meio dessas informações que outro cientista poderá ou não reproduzi-lo ou contestá-lo. Se o trabalho não puder ser avaliado ou replicado, não é considerado pesquisa científica. Assim, é nesta seção que se explica a comunidade científica como o trabalho foi entendido, permitindo assim que seja replicado ou avaliado.

#### 3.1 Tipo de pesquisa

Este trabalho foi feito através de uma pesquisa descritiva-exploratória, pois visa descrever o fenômeno estudado, bem como compreender as relações entre os conceitos envolvidos no fenômeno em questão.

A pesquisa descritiva objetiva conhecer e interpretar a realidade sem nela interferir para modificá-la (GIL, 1988). Pode-se dizer que ela está interessada em descobrir e observar fenômenos, procurando descrevê-los, classificá-los e interpretá-los. A pesquisa descritiva expõe as características de determinada população ou de determinado fenômeno, mas não tem o compromisso de explicar os fenômenos que descreve, embora sirva de base para tal explicação. Normalmente ela se baseia em amostras grandes e representativas.

#### 3.2 Coleta de dados

Os dados utilizados são do tipo secundários, e foram coletados dos relatórios estatísticos do PROADI, através de levantamento. Este relatórios foram pesquisados na AGN, SEDEC, SINTEC e na FIERN.

### 3.3 Tratamento dos dados ANÁLISE DOS DADOS

#### 4.1 Os dados coletados foram tratados através de análise qualitativa.

O Rio Grande do Norte é um Estado privilegiado em termos de potencialidades de desenvolvimento e crescimento econômico.

Destacam-se, entre os mais conhecidos, os investimentos em recursos minerais, no agro-negócio, no setor de turismo e ainda em diversos segmentos industriais.

Pesquisando a evolução do setor industrial no Rio Grande do Norte, observa-se que, assim como nos demais estados nordestinos, o conjunto das ações de incentivo à industrialização, não reatam o legado da fornecedora de mão-de-obra barata e de matérias-primas para as áreas em vias de consolidação industrial (SANTOS, 2002). O Rio Grande do Norte também enfrentou todos os entraves estabelecidos no sentido de manter o estado em um plano secundário no conjunto da economia nacional. Apesar da não existência de uma política econômica que gerasse incentivos à industrialização, esse tipo de empreendimento foi, aos poucos, ganhando relevo até pelas necessidades geradas a partir do modelo em voga no Estado que, na verdade, era o chamado modelo de economia agroexportadora onde eram produzidas matérias-primas para abastecer os mercados internacionais e/ou intra-regionais (SANTOS, 2002).

Segundo Supina (1997), a primeira atividade econômica a ganhar maior relevância, onde geograficamente está localizado o Estado do Rio Grande do Norte, foi a atividade açucareira. Essa atividade desenvolveu-se prioritariamente na zona da costa litorânea e secundada por outras de caráter mais restrito, entre as quais se sobressaiu a criação de bovinos e culturas agrícolas de subsistência. Foi após essas atividades que se deu a expansão e ocupação do espaço nordestino. Uma expansão inicialmente concentrada no litoral e, posteriormente, expandida para o interior, em função das necessidades surgidas a partir do crescimento dos rebanhos bovinos que, em determinado período, ou seja, por volta de meados do século XVII, chegou a atingir o patamar de atividade econômica mais imponente da então Capitania do Rio Grande. Foi graças ao estalo que foram desenvolvidas as primeiras unidades industriais na área interiorana do Rio Grande

## 4 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

### 4.1 Evolução da economia industrial no Rio Grande do Norte

O Rio Grande do Norte é um Estado privilegiado em termos de potencialidades de desenvolvimento e crescimento econômico.

Destacam-se, entre os mais conhecidos, os investimentos em recursos minerais, no agro-negócio, no setor de turismo e ainda em diversos segmentos industriais.

Pesquisando a evolução do setor industrial no Rio Grande do Norte, observa-se que, assim como nos demais estados nordestinos, o conjunto das ações de incentivo à industrialização, não retiram desses o legado de fornecedores de mão-de-obra barata e de matérias-primas para as áreas em vias de consolidação industrial (SANTOS, 2002). O Rio Grande do Norte também enfrentou todos os entraves estabelecidos no sentido de manter o estado em um plano secundário no conjunto da economia nacional. Apesar da não existência de uma política econômica que gerasse incentivos à industrialização, esse tipo de empreendimento foi, aos poucos, ganhando relevo até pelas necessidades geradas a partir do modelo em voga no Estado que, na verdade, era o chamado modelo de economia agroexportadora onde eram produzidas matérias-primas para abastecer os mercados internacionais e/ou intrarregionais (SANTOS, 2002).

Segundo Suassuna (1997), a primeira atividade econômica a ganhar maior relevância, onde geograficamente está localizado o Estado do Rio Grande do Norte, foi a atividade açucareira. Essa atividade desenvolvida prioritariamente na zona da costa litorânea era secundada por outras de caráter mais restrito, entre as quais se sobressaía à criação de bovinos e culturas agrícolas de subsistência. Foi apoiada nessas atividades que se deu a expansão e ocupação do espaço norte riograndense. Uma expansão inicialmente concentrada no litoral e, posteriormente expandida para o interior, em função das necessidades surgidas a partir do crescimento dos rebanhos bovinos que, em determinado período, ou seja, por volta de meados do século XVII, chegara a atingir o patamar de atividade econômica mais importante da então Capitania do Rio Grande. Foi graças ao criatório que foram desenvolvidas as primeiras unidades industriais na área interiorana do Rio Grande

do Norte. Eram as chamadas oficinas de carne seca que surgiram no decurso da primeira metade do século XVIII, tendo se concentrado – a maior parte delas – na região de Açú e Mossoró.

Porém, mesmo com a pecuária tendo atingido significação no contexto econômico potiguar, a atividade açucareira continuou tendo sua importância por ser bastante aceita no setor de exportação. Tal atividade ganhou maior intensidade no pós-independência, mais especialmente, a partir de 1840, depois de normalizada a situação política do império. Em função dessa expansão açucareira se permitiu a proliferação de unidades de manufatura da cana-de-açúcar. Em 1845 registravam-se:

“43 engenhos e 93 engenhocas. Entre os engenhos havia 32 de moendas de ferro. A exportação de açúcar, só pelo porto de Natal, foi, em 1847, de 11.304 arrobas. Não inclui aí, pois, o produto que saía, não só pelos outros portos da Província, como o que se derivava para as Províncias contíguas. Em 1851, a massa exportada elevou-se a 35.511 arrobas, de várias classes. E já, três anos depois, em 1859, funcionavam 156 engenhos em crescente prosperidade. A produção era de 350.000 arrobas”.(SANTOS, 1994, p. 93).

A ascensão açucareira continuou no transcorrer dos primeiros quarenta anos da segunda metade do século XIX, graças aos incentivos emanados do governo provincial e, em função da “desorganização do mercado mundial com a crise de produção inglesa e espanhola, que provocou um aumento da demanda por açúcar” (SANTOS, 1994, p. 93). A partir dos anos de 1890, a atividade açucareira entrou em crise em consequência, primordialmente, de seu processo de manufatura não estar adequado à progressão tecnológica incrementada com o surgimento das usinas de beneficiamento da produção açucareira. A partir de então, a agroindústria do açúcar começou a perder espaço no mercado internacional, tendo ficado restrita, praticamente, ao mercado interno. Dessa maneira, “ao longo do século XX os engenhos abandonaram progressivamente a produção de açúcar, passando a ser unidades produtoras de cana para as usinas, excetuando-se pequenas unidades produtoras de rapadura e aguardente” (SANTOS, 1994, p. 94).

Considerando a análise feita sobre a evolução da economia no espaço potiguar, percebemos que foram as atividades açucareira e pecuária as condutoras do desenvolvimento do estado nos períodos da colônia e do império. No entanto, aos poucos, a cotonicultura foi ganhando relevância em função de sua importância como produto incluído na economia de exportação. É certo que, o algodão “sempre esteve presente no quadro das ocupações produtivas da colônia, mas como parte integrante do setor de subsistência dessa economia”. (TAKEYA, 1985, p. 25).

O predomínio da indústria algodoeira no Rio Grande do Norte se manteve no decurso da década de 1950, tendo prevalecido ainda nos anos de 1960, se bem que, com algumas oscilações que demonstravam possíveis desequilíbrios nos anos posteriores. Indício disso pode ser percebido na presente citação que trata sobre o número de firmas de algodão em funcionamento na década de 1960.

“No tocante ao número de firmas, observa-se que, nas safras de 1959/60 e 1969/70, eram 24 unidades, mas na safra de 1963/64, havia 29 unidades, tendo assim um aumento de 5 empresas a mais. Isso significa o desaparecimento de 5 firmas no período de 1964 a 1969/70. Toda essa oscilação conjuntural do segmento mostra uma situação de insegurança no setor industrial brasileiro na época”. (SANTOS, 1994, p. 143).

Pode-se afirmar que, o ingresso do Rio Grande do Norte no campo industrial mais amplo se deu em função do setor algodoeiro que, apesar de estar incluído em um modelo de economia agroexportadora terminou gerando as possibilidades que permitiram o crescimento industrial do Estado. Ademais, excetuando-se o setor algodoeiro, no transcurso da década de 1960 a indústria no Rio Grande do Norte estava ainda legada a um patamar de pouca expressão.

Naquele momento destacavam-se apenas as “as fábricas de mosaicos, curtumes, artefatos de ferro forjado, além de fabriquetas de sela, cerâmica, etc”. (SANTOS, 1994, p. 143). No entanto, foi exatamente durante os anos de 1960 que foram lançadas as “bases do planejamento como instrumento de trabalho de governo e de iniciativas privadas no Nordeste brasileiro” (SANTOS, 1994, p.207),

através do incremento das ações da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) que se voltavam para a intensificação do setor industrial do Nordeste. Porém, foi somente no início do decênio de 1970 que se começou a perceber os resultados mais concretos desse novo processo.

O ano de 1971 foi um marco no sentido da consolidação industrial no Rio Grande do Norte. Naquele ano várias empresas alcançaram um crescimento mais determinante. Os setores que mais se destacaram no período foram o têxtil, o de mineração, além do setor da construção civil. No setor têxtil; considerado prioritário no sentido de consolidar a cultura algodoeira; apareciam como indústrias de destaque a Guararapes S.A. e a Confecções Soriedem. Foi também no transcorrer dos primeiros anos de 1970 que se deu a consolidação da indústria de beneficiamento de pescados, além de ter sido inaugurado a primeira fábrica de cimento do Rio Grande do Norte, em 1972.

Foi graças à impulsão dada pela política desenvolvimentista do governo Cortez Pereira, em parte apoiada nos incentivos da SUDENE, que se permitiu à dinamização dos diversos segmentos industriais do Estado, o que propiciou uma elevação de faturamentos, maior oferta de empregos, abertura de novas unidades industriais que, em contrapartida, gerou uma maior arrecadação de impostos para a receita estadual. Estavam lançadas as sementes para a estruturação de um parque industrial diversificado.

Outro segmento da agroindústria que viveu um período de glorificação na segunda metade da década de 1970 foi o setor açucareiro. Em 1978 a indústria açucareira atingiu a produção de um milhão de sacas e, começava a se preparar para ingressar no PROÁLCOOL, “um programa do governo federal que visava substituir o consumo da gasolina pelo álcool hidratado e produzir o álcool anidro para ser misturado à gasolina”. (SANTOS, 1994, p. 220).

#### 4.2 Perfil atual da economia industrial no Rio Grande do Norte

Em termos gerais, segundo levantamento da FIERN, de maio de 2004, a estrutura industrial do Rio Grande do Norte pode ser caracterizada como possuindo duas faces distintas: um pólo tradicional e um dinâmico. O primeiro é representado

por indústrias intensivas em mão-de-obra pouco qualificada; pagam salários relativamente baixos; apresentam reduzido conteúdo tecnológico por trabalhador; e agregam pouco valor à economia. Praticamente toda indústria de transformação local apresenta este perfil: alimentos e bebidas, têxteis, confecções, minerais não metálicos etc. Algumas empresas isoladas utilizam tecnologia de ponta e são realmente competitivas no mercado internacional, mas isso não invalida os demais aspectos.

O pólo dinâmico apresenta um maior potencial para agregar valor, pratica economias de escala, absorve trabalhadores qualificados, exerce efeitos multiplicadores sobre outras atividades econômicas, paga salários relativamente altos, além do maior conteúdo tecnológico que os produtos incorporam. É o caso da indústria de Petróleo, cujo marco temporal de sua presença no Estado é o ano de 1973. Mais, recentemente, pouco a pouco sua penetração vem ocorrendo para a indústria de transformação.

Segundo a FIERN, entre 1994 e 2001, foi exatamente a extração de minerais quem mais avançou na formação da estrutura industrial do RN. Seu peso, que no PIB total da indústria ficava atrás dos setores de construção civil e transformação, agora é predominante.

Um novo desenho estrutural do setor secundário potiguar resulta dessa acomodação entre as quatro classes industriais. O pólo dinâmico representado pela indústria extrativa mineral (diga-se petróleo e gás natural) é agora o eixo dominante, com quase 34% do PIB total da indústria. Ele responde por 8% das ocupações e apresenta uma média salarial de 10,51 SMs. Em segundo lugar aparece a construção civil, com 29% do PIB, média salarial de 2,28 SMs e 20% das ocupações formais. Se forem computadas também as ocupações informais, a contribuição da construção civil para o emprego industrial sobe para 40% (IBGE, Pnad - 2001). A indústria de transformação é a terceira em importância, com 25% do PIB, 69% das ocupações e média salarial de 1,98 SMs. Finalmente, a indústria de produção e distribuição de eletricidade, gás e água, que, com 11% do PIB, responde por 4% dos empregos, e apresenta salário médio de 7,48 SMs.

A figura abaixo mostra o desdobramento de cada seção industrial, de acordo com suas respectivas divisões e grupos de atividades mais presentes no RN.



17

#### 4.3 Política atual do desenvolvimento industrial do Rio Grande do Norte

Segundo o atual coordenador de desenvolvimento industrial do RN, Klenio Alves Ribeiro, o caminho do desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Norte passa pela criação de empregos em benefício de sua população, através da busca de uma nova dinâmica que conduza ao crescimento econômico e que produza a melhoria das condições socioeconômicas dos norte-rio-grandenses, pela implementação de uma política de desenvolvimento capaz de promover a sustentabilidade.

A atual política de desenvolvimento tem como meta o fortalecimento do empreendedor local e a atração de novos investimentos, com o objetivo de promover a geração de emprego e renda, e o direcionamento de atividades empresariais e industriais, principalmente para o interior do Estado. Esta política está alicerçada em 04 eixos de atuação: (AGN 2002)

1. A Capacidade da Demanda - Voltada para o mercado interno, destacam-se: Feira de Negócios, Arranjos Produtivos Locais e o Compre que é daqui. Já voltado para o mercado externo, destacam-se: As missões ao exterior e a participação nos diversos eventos nacionais e no exterior.
2. Incentivo a Pesquisa e à transferência de Tecnologia: O primeiro passo do Governo foi à criação da FAPERN – Fundação de apoio à pesquisa do RN, com o objetivo de fomentar pesquisas científica, tecnologia e de inovação. Sendo fundamental para dar sustentabilidade à exploração de nossas potencialidades naturais que viabilizam a nossa diversificada economia. Criou o PROTEC – Programa de Qualificação de Empreendedores e Trabalhadores, desenvolvendo novas Ciências e Tecnologia, qualificando a mão-de-obra em diversos pólos industriais do Estado.
3. Obras estruturantes: são de fundamental importância, pois são o eixo para o desenvolvimento sustentável. Observadas através de investimentos governamentais em estradas, portos, aeroportos, setor energético, ferrovia, ponte forte redinha, pólo gás sal, distritos industriais e outros investimentos em irrigação, reservatório de água, tudo isto dinamizará a economia local.
4. Acesso ao Crédito: No fortalecimento ao crédito o Estado criou a AGN – Agência de Fomento do Estado, com linhas de crédito atrativas e os programas de incentivos através do PROADI – Programa de Apoio ao Desenvolvimento Industrial do Rio Grande do Norte e PROGÁS – Programa de incentivo ao consumo do Gás Natural.

A política de desenvolvimento sustentável apresentada visa principalmente à melhoria da qualidade de vida da população, através da redução de desigualdades sociais e da criação de oportunidades de desenvolvimento da sociedade norte-rio-grandenses.

Ainda para o Coordenador, criar novos empregos é dar oportunidades ao cidadão a buscar sua sobrevivência digna, mostrando firme determinação de lutar por um futuro melhor diante da precariedade das oportunidades de trabalho.

O emprego também gera benefício ao Estado, primeiramente por meio do pagamento de salários e encargos sociais, e segundo, por elevar o poder de compra

da população gerando, com isso, mais ICMS, além de fortalecer o 3º (terceiro) setor da nossa economia.

Segundo levantamento do Governo do Estado do RN em 2002, o Estado do Rio Grande do Norte na última década e o início deste novo milênio tem apresentado um novo perfil do mercado de trabalho, através da concretização de vários pólos industriais em razão da sua diversidade econômica. Observa-se uma demanda por absorção de mão-de-obra qualificada em várias atividades, tais como: Setor Industrial – Confeções na Grande Natal, Tecelagem na Região do Seridó – Jardim de Piranhas, Caicó, São José do Seridó; Pólo Cerâmico e Petrolífero na Zona Mossoroense - atingindo Assu, Apodi, Mossoró, Governador Dix Sept Rosado, Guamaré, Alto do Rodrigues, Macau. Setor Mineral em Currais Novos, Parelhas, Equador, Jucurutu. Pólo Turístico no Litoral norte-rio-grandense, Pólo agroindustrial no vale do Assu, Pólo da apicultura, Pólo da Carcinicultura e outros.

Apresentar informações pontuais das potencialidades potiguares aos investidores internos e externos, por meio de possíveis parceiros é essencial ao processo de crescimento econômico do Estado. Mas é imprescindível envolver toda a sociedade, através das lideranças empresariais e da comunidade técnico-científica, representadas pelas universidades e demais Escolas Técnicas, além de utilizar os serviços do SESI, SENAI, SENAR, SEBRAE, CT-Gás, e outros organismos.

A ordem geral não só no Estado, mas no Brasil e no Mundo, é a exclusão da pobreza e da desigualdade social. O desemprego está na agenda de qualquer governante. No entanto, no RN a realidade tem sido menos dura, quando comparamos os números do Estado com os da região nordeste e os do Brasil. No ano 2004 atingiu-se um percentual de 7,43% de evolução na geração de empregos diretos, bem acima do Brasil que ficou com um índice de 6,55%, e do Nordeste com 5,38%, conforme verificamos abaixo:

Tabela 1 – Variação do emprego em abril/2005: BR X NE X RN

| Região/UF     | Total Admissão | Total Desligamento | Saldo         | Variação Emprego % |
|---------------|----------------|--------------------|---------------|--------------------|
| - Brasil      | 11.296.496     | 9.773.220          | 1.523.276     | 6,55               |
| - Nordeste    | 1.400.105      | 1.212.508          | 187.597       | 5,38               |
| <b>01 RN</b>  | <b>137.285</b> | <b>119.293</b>     | <b>17.992</b> | <b>7,43</b>        |
| 02 Sergipe    | 61.982         | 52.091             | 9.891         | 6,42               |
| 03 Paraíba    | 73.471         | 60.758             | 12.713        | 6,22               |
| 04 Bahia      | 406.076        | 353.352            | 52.724        | 5,46               |
| 05 Pernambuco | 274.965        | 237.539            | 37.426        | 5,43               |
| 06 Ceará      | 227.205        | 195.965            | 31.240        | 5,22               |
| 07 Maranhão   | 70.431         | 60.392             | 10.039        | 4,94               |
| 08 Alagoas    | 99.851         | 90.169             | 9.682         | 4,23               |
| 09 Piauí      | 48.839         | 42.949             | 5.890         | 2,95               |

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego/CAGED – Cadastro Geral de Empregados e Desempregado. Lei: 4923/65. (elaborado pela AT-SEDEC-RN, abril/05).

#### 4.4 A importância do PROADI para o crescimento da economia industrial no RN

Segundo o coordenador de desenvolvimento industrial do Estado, com a implantação do PROADI desde 1985, e sua expansão a partir de 1995, o Estado tem mantido o número de trabalhadores industriais, na faixa de 25.800 empregados, o que é bastante significativo levando em consideração a quantidade atual de 67 empresas beneficiadas com o programa.

Quanto à renúncia fiscal, o Estado não pode questionar, uma vez que sem o incentivo dificilmente as empresas instalariam suas unidades de industrialização no Estado, e os investimentos se deslocariam para outras unidades da federação, que oferecem vantagens competitivas para atrair investimentos.

É um pressuposto do Programa que as empresas beneficiadas forneçam contrapartidas, via metas fixadas, com vistas a premiar a eficiência, para que a política não seja entendida como uma benesse. Entre as contrapartidas estão os investimentos realizados pelo setor privado, que devem ser encarados como meios necessários para o alcance de metas, sejam elas de comércio exterior, de eficiência

produtiva, criação de empregos ou contribuição ao desenvolvimento regional. Mas principalmente a geração de emprego e renda.

Assim, a política de geração de emprego estimulada pelo Governo do Estado através do PROADI é fundamental para o desenvolvimento da sociedade como um todo, e a promoção desse desenvolvimento tem como resultado a melhoria na qualidade vida da população.

Nas tabelas abaixo podemos visualizar como o PROADI contribuiu para a geração de emprego no Estado do RN:

Tabela 2 – Síntese do Comportamento do Mercado Formal de Trabalho  
Rio Grande do Norte – Abril /2005

| INDICADORES POR ATIVIDADES | VARIAÇÃO % | OBSERVAÇÃO         |
|----------------------------|------------|--------------------|
| EVOLUÇÃO DO EMPREGO – RN   | 1,06%      | ABRIL/2005         |
| EVOLUÇÃO DO EMPREGO – RN   | -0,31%     | 1º Quadrimestre/05 |
| EVOLUÇÃO DO EMPREGO – RN   | 6,73%      | 12 MESES           |
| EVOLUÇÃO DO EMPREGO – BR   | 6,48%      | 12 MESES           |

Fonte: MTE/CAGED – elaborado AT-SEDEC-RN

Tabela 3 – Comparativo: Região Nordeste X RN  
Crescimento do Mercado Formal de Trabalho  
Em 12 Meses Ref. Abril/04 – Abril/05

| ORDEM | ESTADOS DO NORDESTE | VARIAÇÃO % CRESCIMENTO |
|-------|---------------------|------------------------|
| -     | BRASIL              | 6,48%                  |
| 1     | Rio Grande do Norte | 6,73%                  |
| 2     | Maranhão            | 6,70%                  |
| 3     | Bahia               | 6,04%                  |
| 4     | Ceará               | 5,77%                  |
| 5     | Pernambuco          | 5,77%                  |
| 6     | Sergipe             | 4,69%                  |
| 7     | Paraíba             | 4,50%                  |
| 8     | Alagoas             | 3,29%                  |
| 9     | Piauí               | 3,14%                  |

Fonte:MTE/CAGED – Elaborado AT-SEDEC-RN

Tabela 4 - Comparativo da evolução do emprego formal nível setorial  
Período: Ano 2002 x Ano 2004

| Atividade Econômica                         | Saldo<br>2002 | Variação<br>% | Saldo<br>2004 | Variação<br>% |
|---------------------------------------------|---------------|---------------|---------------|---------------|
| Extrativa Mineral                           | 173           | 2,59          | 71            | 1,55          |
| Indústria Transformação                     | 1.282         | 3,18          | 5.696         | 11,63         |
| Construção Civil                            | -890          | -5,58         | 2.123         | 12,60         |
| Serviços Industriais e de Utilidade Pública | 145           | 4,24          | 86            | 2,93          |
| Comércio                                    | 3.841         | 9,76          | 5.058         | 9,40          |
| Serviços                                    | 3.692         | 5,09          | 4.430         | 5,27          |
| Administração Pública                       | -14           | -0,07         | 21            | 0,23          |
| Agropecuária                                | 2.533         | 14,13         | 507           | 2,35          |
| Outros                                      | -6            | -10,53        | 0             | 0             |
| <b>Total</b>                                | <b>10.756</b> | <b>4,98</b>   | <b>17.992</b> | <b>7,43</b>   |

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego /CAGED (Elaborado pela AT-SEDEC - RN)

Tabela 1. Saldo = **Total de admissões – Total de Desligamento.**

Variação: % de crescimento do emprego.

Analisando as tabelas 2, 3 e 4 conclui-se que o Rio Grande do Norte ocupa lugar de destaque no âmbito nacional e regional no que se refere à geração de empregos formais, o que é consequência da bem sucedida política de geração de emprego estimulada pelo Governo do Estado através do PROADI.

Segundo Cavalcanti; Ferreira (2002), quando se faz um balanço de evolução da economia do RN nos últimos 30 anos constata-se que alguns aspectos historicamente considerados empecilhos ao seu desenvolvimento convertem-se em pontos favoráveis na era da globalização. A sua posição geográfica, por exemplo, afastada do centro dinâmico da economia brasileira, e que a deixava praticamente isolada do resto do país, converte-se em uma vantagem absoluta, um ponto equidistante entre o norte e o sul do País, um corredor potencial para o hemisfério norte. Com a finalidade de concretizar essa vantagem locacional, um projeto público de infra-estrutura e logística foi concebido e começou a ser implantado a partir de 1999: a reforma e ampliação do Porto de Natal, cuja limitação de calado não permitia o acesso de navios de grande porte, começou a ser efetivada, mas ainda aguarda a sua conclusão. Além disso, há ainda o projeto de um aeroporto concebido para

situar-se na região metropolitana de Natal, definida em estudo do Ministério da Aeronáutica como a melhor alternativa nacional de porta de entrada e saída de passageiros e mercadorias para o hemisfério norte e outras partes do mundo.

Com relação às potencialidades econômicas, depois do estado da Bahia, o Rio Grande do Norte deve ser o estado nordestino com maiores riquezas no campo mineral: petróleo e gás natural; sal-marinho, com suas águas residuais ricas em magnésio; calcário; sílica; diatomita; rochas ornamentais (mármore e granitos); scheelita; tantalita; feldspato, etc. Apesar da ocorrência, apenas uns poucos minérios são explorados, e, inclusive, comercializados em estágio, ainda, semi-bruto.

Em petróleo, segundo relatórios da FIERN, o Rio Grande do Norte é o segundo maior produtor nacional, com 9 por cento da produção brasileira, e o terceiro em produção de gás natural, com o equivalente a 17,5 por cento da produção nacional. O mais importante a destacar da presença da PETROBRAS – a estatal brasileira de petróleo - no RN é que, apesar de ter iniciado suas atividades aqui desde 1979, somente a partir dos últimos seis anos é que sua produção passou a agregar valor localmente, após um acordo com o governo local, em que incentivos fiscais (do Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS) foram concedidos na comercialização dos produtos finais, em troca de investimentos para transformar o petróleo em derivados.

Por meio dos incentivos do PROADI, empresas industriais que queiram se instalar no Estado, ou ampliar sua capacidade produtiva ou, ainda, caso se encontrem paralisadas, desejem reativar sua capacidade instalada, poderão utilizar, à título de empréstimo, a proporção de 60 por cento ou 75 por cento do imposto do ICMS recolhido, por um período de 10 anos (renováveis por mais 10, em caso de ampliação da capacidade instalada). Os juros incidentes são de 3 por cento ao ano – enquanto os juros cobrados pelos bancos para pessoas jurídicas encontram-se na faixa de 45 por cento ao ano em média (Governo do Estado, 1998). No pagamento do empréstimo, as empresas poderão, ainda, se beneficiar de reduções do montante da dívida, variáveis entre 75 por cento a 99 por cento, conforme um critério de pontuação que tenta valorizar a localização no interior do Estado. A principal beneficiária do PROADI foi a PETROBRAS que, como foi citado anteriormente, deu

início a transformação de petróleo em derivados, além da indústria têxtil que, a partir da segunda metade da década de 1990 pode superar a crise de competitividade em que se encontrava, e beneficiar-se, ademais, dos baixos salários pagos localmente. As quatro maiores empresas do setor têxtil nacional implantaram filiais no Estado nos anos recentes. Estes dados comprovam a eficácia do PROADI na atração de investimentos para o Estado.

A relação bastante próxima entre o crescimento econômico brasileiro e o progresso econômico do Rio Grande do Norte nas últimas cinco décadas reflete uma conjuntura das forças macroeconômicas internas e do ambiente externo, assim como a forte influência das políticas e programas nacionais na economia do Estado. Não obstante, o Estado também implementou políticas e programas para estimular o crescimento e o emprego. Dentre eles esta pesquisa estudou o mais importante programa de incentivo do Governo do Estado: O PROADI – Programa de Apoio ao Desenvolvimento Industrial do Rio Grande do Norte.

Para operacionalizar o PROADI, o Estado abre mão de parte de sua base fiscal. O diferencial assume a forma de empréstimo a uma taxa subsidiada de juros a sem correção monetária do principal. Em 2000, as isenções culturais do Estado são de 40,9 milhões, ou 2,5 por cento da receita corrente líquida.

A evidência de outros países sugere que se por um lado os programas de incentivos dessa natureza podem ser associados a estratégias econômicas bem sucedidas, eles envolvem também os seus riscos. Um dos riscos é o de desperdiçar recursos concedendo incentivos fiscais a empresas que iam investir de qualquer forma investindo no Estado, outro é o de que algumas empresas que são induzidas a instalar-se no Estado por causa dos incentivos talvez não consigam desenvolver sem tais operações fiscais. Um terceiro risco é que mesmo quando os investimentos gerarem os efeitos desejados, deixem de gerar o crescimento na economia local, uma vez que nem sempre são desenvolvidos os devidos vínculos locais. Já se argumentou que nem o Rio Grande do Norte nem qualquer outro Estado tem

## 5 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

O Brasil foi o país que cresceu mais rapidamente no mundo entre 1930 e 1995, com uma taxa de crescimento média de 6,1%. Até o ano de 2000, a renda *per capita* brasileira havia alcançado R\$ 6.500,00. Apesar de a renda *per capita* do Rio Grande do Norte ser apenas um pouco acima da metade da média nacional, ela aumentou de 43% da média nacional em 1947 para 47% em 1998, o que significa que a economia do Estado cresceu com mais velocidade que a do país como um todo nesses mais de cinquenta anos. Nos últimos anos, essa tendência se confirmou e, entre 1990 e 1998, a renda *per capita* do RN vem crescendo a uma taxa bastante satisfatória de 3,0%.

A relação bastante próxima entre o crescimento econômico brasileiro e o progresso econômico do Rio Grande do Norte nas ultimas cinco décadas reflete uma resposta às forças macroeconômicas comuns e ao ambiente externo, assim como à forte influência das políticas e programas nacionais na economia do Estado. Não obstante, o Estado também implementou políticas e programas para estimular o crescimento e o emprego. Dentre eles esta pesquisa estudou o mais importante programa de incentivo do Governo do Estado: O PROADI – Programa de Apoio ao Desenvolvimento Industrial do Rio Grande do Norte.

Para operacionalizar o PROADI, o Estado abre mão de parte de sua base fiscal. O diferimento assume a forma de empréstimo a uma taxa subsidiada de juros e sem correção monetária do principal. Em 2000, as isenções custaram ao Estado R\$ 40,9 milhões, ou 2,5 por cento da receita corrente líquida.

A evidência de outros países sugere que se por um lado os programas de incentivos dessa natureza podem ser associados a estratégias econômicas bem sucedidas, eles envolvem também os seus riscos. Um dos riscos é o de desperdiçar recursos, concedendo incentivos fiscais a empresas que terminariam de qualquer forma investindo no Estado; outro é o de que algumas empresas que são induzidas a instalar-se no Estado por causa dos incentivos talvez não consigam desenvolver sem eles operações lucrativas. Um terceiro risco é que mesmo quando os investimentos provam ser viáveis, deixam de gerar mais crescimento na economia local, uma vez que nem sempre são desenvolvidos os devidos vínculos locais. Já se argumentou que nem o Rio Grande do Norte nem qualquer outro Estado tem

qualquer coisa a perder quando oferece incentivos fiscais a investidores potenciais; se essas vantagens não fossem oferecidas, diz-se, as empresas não viriam. Se por um lado isso pode aplicar-se a qualquer Estado específico, não é verdadeiro para o Brasil como um todo, considerando que na ausência de incentivos as empresas presumivelmente instalar-se-iam em algum lugar no país, para beneficiar-se de seu enorme mercado. Neste mesmo sentido, os incentivos terminam funcionando como renúncia de receitas para algum governo de Estado, mesmo que não o do Rio Grande do Norte.

Os críticos consideram fracassados os programas de incentivo fiscal do Nordeste, por pelo menos três motivos: em primeiro lugar, as políticas resultam em perpetuação do clientelismo e da corrupção, criando oportunidades para variações novas e mais modernas desses problemas; em segundo lugar, os resultados envolvem quantidades significativas de capital, ficando concentrados nas áreas metropolitanas das capitais do Nordeste situadas ao longo do litoral, envolvendo pouca quantidade de capital local; finalmente, em terceiro lugar, o mecanismo contribuiu minimamente para a redução do desemprego e da pobreza. (Tender e Locke, 1996)

Será que seria melhor cortar as isenções? É preciso pesar o impacto dos cortes sobre a receita e comparar com a sua possível incidência regressiva e com o seu impacto adverso sobre o crescimento econômico. Teoricamente, os incentivos industriais podem gerar crescimento de longo prazo na economia, e como resultado seus custos terminariam por ser pagos através da expansão da base fiscal.

Contrariando as críticas, o PROADI é hoje o mais forte instrumento para viabilizar o investimento industrial no Estado do Rio Grande do Norte, e contribui de forma significativa para a geração de emprego e renda, além de dinamizar a economia como um todo, pela série de atividades que advêm da ampliação ou instalação de uma indústria, tais como transporte, alimentação etc.

Além disso, é válido salientar que algumas empresas que identificam cadeias produtivas e oportunidades de investimento no Estado, não dependem somente do PROADI para se instalar, mas de um conjunto de outros fatores, tais como: desenvolvimento de tecnologia, qualificação de mão-de-obra, infra-estrutura logística etc.

Assim, para criar um ambiente empresarial que atraia investimentos eficientes, que são essenciais para um crescimento econômico sustentável, é necessário eliminar alguns gargalos na infra-estrutura, no mercado imobiliário, na qualificação da mão de obra e principalmente evitar que a tributação se torne injusta e onerosa.

Esses gargalos são mais perceptíveis nas rodovias, nos portos e nos serviços rurais de energia elétrica e de abastecimento de água e saneamento básico.

E finalmente, o Estado tem dois desafios ambientais que são: reduzir a destinação final inapropriada do esgoto sanitário urbano, dos dejetos sólidos, e de dejetos industriais, responsáveis pelos principais problemas de saúde que inibem o crescimento econômico; e diminuir a degradação de algumas formações naturais muito importantes, entre elas, mangues, alagados, caatingas e florestas, com o intuito de preservar a biodiversidade, reverter a salinização do solo, proteger a produtividade agrícola e, principalmente, garantir a competitividade dos nossos produtos no mercado internacional, tendo em vista a tendência mundial para o consumo de produtos ecologicamente corretos.

Recomenda-se no presente estudo, a união de esforços para fortalecer e concretizar o crescimento e o desenvolvimento econômico do Rio Grande do Norte. Cabe colocar que a política de desenvolvimento operacionalizada pelo Governo do Estado do RN precisa ter a compreensão dos ambientes – institucional, tecnológico e mercadológico – em que as atividades setoriais se desenvolvem. Assim, é essencial capacitar as empresas, tendo em conta as especificidades de cada cadeia setorial, para permitir que acompanhem as tendências tecnológicas e de mercado e também dispor de informações e recursos humanos de forma a manter as posições conquistadas e ampliar espaços mercadológicos.

## BIBLIOGRAFIA

1. ACEVEDO, Claudia Rosa; NOHARA, Jouliana Jordan. **Monografia no curso de administração: guia completo de conteúdo e forma**. São Paulo: Atlas, 2004.
2. ANDRADE, Manuel Correia de. **Estado, capital e industrialização do nordeste**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.
3. ANDRADE, Manuel Correia de. **Geografia econômica do nordeste: o espaço e a economia nordestina**. 4. ed. São Paulo: Editora Atlas S.A., 1987.
4. ARAÚJO, Douglas. **Surgimento e decadência das oficinas de carne seca do RN**. Natal: UFRN, Coleção Humanas Letras, 1994.
5. BARCELAR, Tânia. **O GTDN: da proposta à realidade: ensaios sobre a questão regional**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 1999.
6. CAVALCANTI, Sandra; FERREIRA, Ângela. A inserção espúria do Rio Grande do Norte na globalização: mão-de-obra barata como fator de atração. *Scripta Nova, Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*, Universidad de Barcelona, Vol. VI, nº 119 (71), 2002. [ISSN: 1138-9788]. Disponível em < <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn119-71.htm> > acessado em: 04 out. 2005.
7. FIGUEIREDO, Carlos Mauricio. **Comentários à Lei de Responsabilidade Fiscal**. 2.ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2001.
8. FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 25. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1995.
9. GASTALDI, J. Petrelli. **Elementos de economia política**. 17 ed. São Paulo : Saraiva, 2002.
10. GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1988.
11. Governo do Estado do Rio Grande do Norte. Agência de Fomento do Estado do Rio Grande do Norte - AGN. **Manual de Orientação ao Investidor** – Natal, AGN, 2002.

12. HAGUENAUER, Lia. **Identificação de cadeias produtivas e oportunidades de investimento no nordeste**. Fortaleza: Banco do Nordeste, 2000.
13. LAKATOS, Eva Maria, MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 1986.
14. LYRA, Flávio Tavares. **Os incentivos fiscais à indústria da Zona Franca de Manaus: uma avaliação (relatório final)**. Brasília: IPEA, 1995. (Texto para Discussão, 371).
15. PORTER, Michael. **Vantagem competitiva: criando e sustentando um desempenho superior**. Rio de Janeiro: Elsevier, 1989.
16. PRADO Jr, Caio. **História econômica do Brasil**. 43ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1998.
17. RN/ECONÔMICO. **Medeiros & Cia: Um Grupo em Expansão**. Natal: Editora RN/Econômico Ltda. Ano XI - n. 124, jun./jul. 1981. p. 68-75.
18. RN/ECONÔMICO. **Grandes ciclos sócio-econômicos**. Natal: Editora RN/Econômico Ltda. Ano VIII - n. 85, 1997. p. 43-46.
19. SANTOS, Paulo Pereira dos. **Evolução econômica do Rio Grande do Norte (do século XVI ao século XX)**. Natal: Clima, 1994.
20. SUASSUNA, Luiz Eduardo Brandão; MARIZ, Marlene da Silva. **História do Rio Grande do Norte (1597/1822)**. Natal: Editora, 1997.
21. TAKEYA, Denise Monteiro. **Um outro nordeste: o algodão na economia do Rio Grande do Norte (1880-1915)**. Fortaleza: BNB – ETENE, 1985.
22. TEIXEIRA, Francisco M. P.; TOTINI, Maria Elizabeth. **História econômica e administrativa do Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Editora Ática, 1991.
23. TRAMONTIN, Odair. **Incentivos públicos a empresas privadas & guerra fiscal**. Curitiba: Juruá, 2002.